

REFLEXÕES FILOSÓFICAS SOBRE O POSICIONAMENTO CRISTÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM GUERRAS: ATIVISMO, PACIFISMO E SELETIVISMO

*PHILOSOPHIC REFLECTIONS ON CHRISTIAN POSITIONING ABOUT
PARTICIPATION IN WARS: ACTIVISM, PACIFISM AND SELECTIVISM*

*REFLEXIONES FILOSÓFICAS SOBRE EL POSICIONAMIENTO CRISTIANO
SOBRE LA PARTICIPACIÓN DE LA GUERRA: ACTIVISMO, PACIFISMO Y
SELECTIVISMO*

Magno Lessa do Espírito Santo

Mestrando em Ciências das Religiões (Faculdade UNIDA) Especialista em Teologia do Novo Testamento Aplicada, Faculdade Batista do Paraná (FABAPAR); Bacharel em Teologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Licenciado em Filosofia, Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH); Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna-RJ (UNIFSJ). Contato: magno_lessa@hotmail.com.

Paulo Jonas dos Santos Júnior

Doutorando em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Especialista em História e Cultura do Brasil pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Licenciado em História (ISEIB). Bacharel em Teologia (FAECAD).

Clodoaldo Sanches Fófano

Mestre em Ciências das Religiões (Faculdade UNIDA)
Pós-graduado em Estudos Linguísticos e Literários (UNIFSJ)
Pós-graduado em Gestão Escolar: administração, supervisão e orientação (UCAM)
Pós-graduado em Língua Latina e Filologia Românica (UCAM) Pós-graduando em Semiótica Discursiva (UNIARA) Graduado: Letras: Português/Espanhol (UNIFSJ)
Graduado: Pedagogia (FAVED)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6031675202439419>

Daniela de Paula Hungria dos Santos

Especialista em Ciências das Religiões pelo Instituto Teológico Casa de Deus (ITCD); Bacharela em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Contato: dany_hungria@hotmail.com.

RESUMO:

Ao longo da história humana há relatos de inúmeras guerras, das quais, em diversas, houve diretamente a participação de cristãos em suas batalhas. Ademais, a própria bíblia, principalmente os textos veterotestamentários, relatam constantes guerras realizadas pelo povo de Israel, com o intuito de defender a sua pátria e, de igual modo, conquistar outros povos, assim como foi o caso da invasão de Jericó liderada por Josué. Outrossim, nos dias atuais é

constante a presença de cristãos em serviços militares e de segurança pública. Dessa forma, o presente artigo busca refletir acerca das questões éticas e filosóficas que envolvem este polêmico assunto.

Palavras-Chave: ética; guerra; cristianismo; teologia; história.

ABSTRACT:

Throughout human history there are reports of countless wars, of which, in several, there was directly the participation of Christians in their battles. In addition, the bible itself, especially the Old Testament texts, relate constant wars carried out by the people of Israel, with the purpose of defending their homeland and, likewise, conquering other peoples, as was the case of the Jericho invasion led by Joshua . Also, the presence of Christians in military and public security services is constant today. Thus, the present article seeks to reflect on the ethical and philosophical issues that surround this controversial subject.

Keywords: ethics; war; Christianity; theology; history.

RESUMEN:

A lo largo de la historia humana hay relatos de innumerables guerras, de las cuales, en diversas, hubo directamente la participación de cristianos en sus batallas. Además, la propia Biblia, principalmente los textos veterotestamentarios, relatan constantes guerras realizadas por el pueblo de Israel, con el propósito de defender su patria y, de igual modo, conquistar otros pueblos, así como fue el caso de la invasión de Jericó liderada por Josué . Además, en los días actuales es constante la presencia de cristianos en servicios militares y de seguridad pública. De esta forma, el presente artículo busca reflexionar acerca de las cuestiones éticas y filosóficas que envuelven este polémico asunto.

Palabras clave: ética; la guerra; cristianismo; la teología; historia.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana há relatos de inúmeras guerras, das quais, em diversas, houve diretamente a participação de cristãos em suas batalhas. Ademais, a própria bíblia, principalmente os textos veterotestamentários, relatam constantes guerras realizadas pelo povo de

Israel, com o intuito de defender a sua pátria e, de igual modo, conquistar outros povos, como foi o caso da invasão de Jericó liderada por Josué. Outrossim, nos dias atuais é constante a presença de cristãos em serviços militares, como: Polícia Militar, Exército, Marinha, Aeronáutica e outros, que leva, na maioria das vezes, o indivíduo a participar de conflitos armados.

Por trás da participação de um cristão em guerras ou conflitos armados, encontra-se a discussão ética sobre participar ou não, matar ou não, dentre outras. A problemática relacionada a essa questão diverge opiniões, visto que há aqueles que concordam e defendem veementemente a participação e, em contraste, os que ventilam ser errado a participação de cristãos nesse tipo de acontecimentos.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo trazer a pauta os três pontos de vista relacionado à participação do cristão em conflitos armados. Esses, apresentam argumentos bíblicos para legitimar a sua posição, além de apelarem, em alguns casos para a consciência do indivíduo, a saber: ativismo, pacifismo e seletivismo. Cumpre salientar que não há a pretensão de esgotar o assunto, mas, sim, apresentar as propostas e as argumentações usadas por cada categoria.

O Cristão e a Guerra

Ao longo da história humana há relatos de milhares de guerras e conflitos armados, que podem ser de projeção regional, como a luta contra o narcotráfico, invasão de território, disputas religiosas; ou de grande projeção, como as duas Guerras Mundiais.

Nesse íterim, as perguntas que sobrevêm são: como a ética cristã, à luz das Escrituras, compreende a questão do cristão e a guerra? Um soldado que é convocado pelo Estado para servir o seu país em uma guerra, sabendo que lá será matar ou morrer, deve acatar ao chamado do Estado?

A fim de que possamos abordar a presente questão, precisamos apresentar os três principais pontos de vista, ou categorias, sobre o assunto. O primeiro ponto de vista é o ativismo, que sustenta que o cristão deve participar

de qualquer guerra em que seu governo se engajar, visto que entende ser o governo uma Instituição ordenada de Deus. O segundo é o pacifismo que, por sua vez, argumenta que o cristão não deve participar de nenhuma guerra. O terceiro ponto de vista é o seletivismo, também conhecido como guerra justa, que assevera que os cristãos devem participar sim, mas só de algumas guerras – as chamadas guerras justas (GEISLER, 2010, p. 262).

Ativismo

O ativismo sustenta que o cristão deve ir para todas as guerras em que for convocado, em submissão e obediência ao governo instituído por Deus. Os que defendem essa prática, para legitimá-la, continuamente fazem uso dos seguintes textos bíblicos: Gênesis 1. 28; Êxodo 21.23-25; Mateus 22.21; Romanos 13.1-7; Timóteo 2.2. Além desses textos, os ativistas recorrem aos cinco argumentos filosóficos sugeridos por Platão, que são: O governo é pai dos seres humanos; o governo é o educador do ser humano; os governantes têm o dever de obedecer ao governo; os governantes são livres para abandonar seus governos; sem governo teríamos um caos social (HANS, 2009, p. 119).

Ademais, acrescenta Geisler (2010, p. 262-264), que para os ativistas o governo humano foi ordenado por Deus, seja no âmbito civil ou no religioso. Dessa forma, se o governo de um país ordenar a uma pessoa que ela deve ir à guerra, segundo o ativismo, essa, deverá ir.

Diante disso, Hans (2009, p. 119) discute duas problemáticas que a proposta ativista interpõe. A primeira é de ordem hermenêutica e parte da seguinte pergunta: como justificar uma guerra entre nações baseando-se nas batalhas do Antigo Testamento?

O segundo problema por ele colocado diz respeito à atitude do indivíduo para com o Estado, uma vez que há a possibilidade desse idolatrar o Estado, considerando-o infalível ou, até mesmo idêntico a vontade de Deus.

Pacifismo

Diferente dos ativistas, os pacifistas defendem que fazer guerra é sempre errado e ninguém tem o direito de tirar a vida de outrem. Eles apelam, a fim de fundamentar a sua crença, tanto para a Bíblia, quanto a consciência e assim os seus argumentos são bíblicos e sociais.

Segundo Geisler (2010, p. 268-269), os pacifistas argumentam, respaldados na Bíblia, que matar nunca é correto. O ponto central está na convicção de que tirar a vida de outra pessoa de modo intencional é errado. Para eles a proibição “não matará”, registrada em Êxodo 20. 13, inclui a questão da guerra, visto ser esta apenas uma forma de homicídio em massa. Salientam, ainda, que resistir ao mal fazendo uso da força também é um erro. Uma vez que o mal nunca deve ser resistido com força física, mas com a força espiritual e a do amor.

Além do decálogo, textos neotestamentários são de igual modo utilizados para tal fundamentação. Mateus 5. 39 diz: “eu, porém, vos digo: Não resistais ao homem mau; mas qualquer que te bater na face direita, oferece-lhe também a outra”, Jesus recomenda aos seus discípulos que tenham um comportamento pacífico e perdoador. Outro texto é Mateus 26.52, quando os discípulos se encontram com Jesus no monte das oliveiras na noite da traição, Pedro ao ver os soldados romanos se aproximarem para prender Jesus, puxou a espada e cortou a orelha do servo do sumo sacerdote, ao ver aquilo Jesus o repreendeu: “... guarda a tua espada; porque todos os que lançarem mão da espada, `à espada morrerão””, essa posição é vista pelo pacifista como uma proibição de atentar contra a vida do outro.

Na história do cristianismo, principalmente nos primeiros séculos, nota-se uma forte tendência pacifista manifestada por alguns cristãos, ao passo que caso um cristão participasse de um exército, era proibido de matar como podemos ver nas palavras de Tertuliano:

Se somos exortados amar nossos inimigos, a quem é que podemos odiar? Se somos injuriados, é-nos proibido vinga-nos, a não ser que nos tornemos tão maus como eles. Na nossa religião é considerado melhor ser morto do que matar. (TERTULIANO *apud* PALLISTER, 2005, p. 132).

No século IV Lactânio, sob influência de Constantino, declarou que um cristão não podia atuar em guerras, e nem denunciar alguém que tivesse culpa de ofensa capital (PALLISTER, 2005, p. 132). Segundo Matos (2015), o pacifismo foi a atitude dominante nas fileiras da igreja nos três primeiros séculos da igreja, ao ponto de não haver evidência de cristãos participando do exército romano até por volta de 170 d.C.

Contrário à posição pacifista, a obra póstuma, “O peso de Glória”, publicada no Brasil pela Editora Vida, que constitui-se de nove sermões pregados ou palestras ministradas por C. S. Lewis. Em uma das palestras, ministrada na sociedade pacifista em Oxford no ano de 1940, que embasou o capítulo intitulado “Por que não sou pacifista?”, Lewis caminha na contramão do pacifismo, com uma capacidade argumentativa peculiar, e demonstra com propriedade de consciência os motivos que o levaram a defender tal posição. É importante observar o fato de o autor ter vivido no período da primeira e segunda guerra mundial.

Partindo da seguinte premissa: prestar serviço militar nas guerras, sob o comando da sociedade civil em que pertencemos é: uma ação ímpia, uma ação indiferente do ponto de vista moral, ou uma ação moralmente obrigatória? Lewis assevera que não é possível fazer o bem a todos os homens, mas é preciso fazer este ou àquele bem, para este ou àquele homem. Para ele existe momentos em que será necessário ajudar A à custa de B, como por exemplo, quanto B se afoga enquanto se puxa A para o bote salva-vidas. Consequentemente, isso implica que, ao ajudar A de alguma forma, algum grau de violência será praticado contra B (LEWIS, 2008, p. 76-77).

Parece complexo o argumento supracitado, mas com uma leitura diligente podemos entender o que Lewis estava tratando, uma vez que, em uma guerra o soldado que ali se encontra, pode ser levado a escolher, matar ou morrer. No argumento, portanto, está presente a ideia de que em alguns momentos, para se fazer o bem a um indivíduo não poderá fazer o mesmo ao outro. Isto é, em uma guerra, defendendo o seu país, o soldado atira no inimigo com a finalidade de proteger o seu país, fazer um bem aos seus compatriotas, nesse caso fazer o bem a A (compatriotas) custará matar B (o inimigo de guerra). Salienta Lewis (2008, p. 77):

Devemos ajudar alguém a quem prometemos ajudar em vez de ajudar outro, ou um benfeitor em vez de alguém que não tem nenhum direito especial sobre nós, ou um compatriota mais do que um estrangeiro, ou um parente mais que um simples compatriota.

Ainda sobre o assunto, no clássico livro “Cristianismo Puro e Simples”, C. S. Lewis ventila o seu entendimento sobre o matar na guerra:

Não vai adiantar citar “Não matarás”. Existem no grego duas palavras: uma geral para *matar*, e outra específica para *assassinar*. Quando Cristo pronunciou esse mandamento, ele usou a palavra equivalente a *assassinar* nos três relatos: em Mateus, Marcos e Lucas. Disseram-me que a mesma distinção existe no hebraico. Nem todo ato de matar é assassinato, da mesma forma que nem todo ato sexual é adultério. Quando os soldados se dirigiram a João Batista perguntando-lhe o que fazer, ele nem de longe sugeriu que abandonassem o exército; tampouco o fez Cristo quando conheceu um sargento-mor romano — que eles chamavam de centurião. O ideal do cavaleiro — o cristão armado na defesa de uma boa causa — é um dos grandes ideais cristãos [...] Penso com frequência no que teria acontecido se, durante a Primeira Guerra Mundial, quando servi como soldado, eu e um jovem alemão matássemos um ao outro e nos encontrássemos logo depois da morte. Não consigo imaginar que nenhum de nós sentisse um pingo de ressentimento ou de embaraço. Creio que, juntos, daríamos boas risadas. (LEWIS, 2005, p. 44).

Diante disso, a posição de C. S. Lewis é completamente oposta à posição dos pacifistas que, segundo Geisler (2010, p. 272) argumentam que a guerra é tanto antibíblica quanto antissocial e, proibida por Deus sob condenação de assassinato.

Seletivismo

Outro conceito para a temática relacionada à guerra é o seletivismo. Essa categoria “sustenta a posição de que um indivíduo deve participar somente de um tipo de guerra: a guerra justa” (GEISLER, 2010, p. 273). Com isso podemos sintetizar os conceitos da seguinte forma: o ativismo considera que nenhuma guerra é injusta ou mesmo se houver guerra injusta, a participação não é errada. O pacifismo entende que todas as guerras são injustas. O seletivismo, no entanto, defende uma posição intermediária entre as categorias ora citadas.

Após os primeiros séculos, os pais da igreja se viram na obrigação de desenvolver uma teoria sobre a guerra justa. O que seria uma guerra justa? Em quais guerras os cristãos podem participar? Essas e outras perguntas permearam a mente desses estudiosos uma vez que, ao longo da história da Igreja vemos a própria se lançando em guerras a fim de conquistar e proteger as suas terras.

O pagão Cícero desenvolveu a primeira declaração organizada sobre a teoria da guerra justa. Para ele o primeiro aspecto dessa guerra justa é a defesa nacional da honra ou da segurança; o segundo, a guerra deverá ser o último recurso, quando as possibilidades de negociações se esgotarem; o terceiro, deverá ser formalmente revelada a fim de se dar o aviso devido; o quarto, não poderá ter como propósito a conquista, mas, sim, o de garantir a paz; o quinto, os prisioneiros deveram ser poupados; o sexto, somente soldados deverão ser envolvidos (HOLMES, p. 326-327).

O pai da igreja, Agostinho de Hipona, também conhecido como Santo Agostinho, desenvolveu a sua teoria sobre a guerra justa. Segundo ele as guerras justas podem ser definidas como guerra para vingar o mal, quando um determinado estado precisa ser atacado devido sua negligência em reparar males cometidos aos seus cidadãos. Para ser justa, precisa ser declarada somente pela autoridade estatal legítima, e no que diz respeito à conduta, deve manter a fé com o inimigo, cumprir as promessas, evitar violência desnecessário, o massacre e a vingança (PALLISTER, 2005, p. 133).

A Reforma Protestante não trouxe muitas mudanças na concepção de guerra justa. Conforme Matos (2015), somente os anabatistas, grupo de reformadores radicais, foram veementes na defesa do pacifismo, recusando portar armas, o serviço militar ou participar de guerras. Por conta desse ideal foram duramente perseguidos.

Destarte, para Geisler (2010, p. 290), “o seletivismo, por sua vez, sustenta, de modo correto, a necessidade de colocar Deus acima do governo e de encorajar a obediência ao governo; contudo, ele preserva o direito da consciência de discordar de quaisquer ordens opressivas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das propostas apresentadas, nota-se que não há um consenso entre os grupos, no que tange participar ou não, matar ou não. Por isso, esta ainda será uma questão ética que continuará dividindo as opiniões. É uníssono e de um consenso geral, que o melhor é não que não haja guerra, por conta das implicações que qualquer guerra causa a uma sociedade.

Todavia, é sabido que em certos momentos um cristão alistado no Exército, Marinha ou Aeronáutica, pode ser convocado a participar de conflitos armados. Diante disso, as três categorias apresentadas, oferece ao leitor a possibilidade de decidir, ante de uma ou outra posição, qual das três posições defender.

REFERÊNCIAS

GEISLER, Norman L. **Ética Cristã: opções e questões contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 2010.

HOLMES, Arthur F. **Crítérios para Guerra Justa**. In: HENRY, Carl (org.). Dicionário de Ética Cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

LEWIS, C.S. **O peso de glória**. São Paulo: Vida, 2008.

MATOS, Alderi Souza de. **Atitudes dos Cristãos em Relação à Guerra no Decorrer da História**. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/7143.html>. Acesso em: 08 de Abril de 2015.

PALLISTER, Alan. **Ética Cristã Hoje: Vivendo um cristianismo coerente em uma sociedade em mudança rápida**. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

REIFLER, Hans Ulrich. **A ética dos dez Mandamentos: um modelo de ética para nossos dias**. São Paulo: Vida Nova, 2009.